

Saúde e cidade: uma história a partir dos Cadernos IPPUR

Guilherme Chalo

IPPUR/UFRJ

guilhermechalo@gmail.com

Qual é a relação entre a saúde e a cidade? Essa pergunta, mesmo que de forma preliminar, é o nosso ponto de partida para pensar como podemos narrar uma história urbana onde a saúde pública seja um norte para uma crítica da modernização capitalista. Um dos principais intérpretes dessa história é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) que, ao longo dos últimos 50 anos pensou criticamente os caminhos e as contradições do desenvolvimento urbano brasileiro e ajudou a construir o campo de pesquisa, ensino e extensão em Planejamento Urbano e Regional no país. O objetivo do nosso texto é recuperar a partir do acervo dos Cadernos IPPUR, revista científica do Instituto que circulou entre 1986 e 2009, as principais discussões relacionadas à saúde coletiva e espaço urbano. Tema fundamental em nosso tempo no qual a pandemia de coronavírus nos chama a uma reflexão urgente sobre nossa dinâmica urbana contemporânea e os determinantes sociais em saúde que dão forma à nossa conjuntura sanitária.

Palavras-chave: Saúde, Planejamento Urbano, Cadernos IPPUR

GT 07 – Geografia histórica urbana

O tempo como a maior e mais absurda e aprisionante invenção humana, que nos obriga a pensar tudo em termos de passado, presente e futuro ou antes, durante e depois, o que, por sua vez, também habituou a mente ocidental a funcionar sob esses termos. Noemi Jaffe, Lili: uma novela de um luto.

Pedimos àqueles que vieram depois de nós não a gratidão por nossas vitórias, mas a lembrança de nossas derrotas. Isso é um consolo: o único consolo dado àqueles que não têm mais esperança de serem consolados.
Walter Benjamin, carta a Lackner 1940

1. Por uma história urbana da saúde pública.

Desde o século XIX a cidade capitalista tem chamado atenção dos seus observadores pelo efeito da multidão que a vida urbana apresentava às classes abastadas das cidades. Os mais variados expedientes terapêuticos para a cidade pestilenta e miasmática vão dando forma às

primeiras práticas de urbanismo moderno como conhecemos hoje. O urbanismo é tributário do pensamento sobre a saúde nas cidades, em outras palavras, o “urbanismo é filho da peste”.

Esse momento, comumente chamado de higienismo mobilizou variados grupos, classes sociais e diversos estudiosos e planejadores das cidades, principalmente em crítica às mazelas da cidade industrial, onde a higiene entra no léxico discursivo para criticar a ideia desordem urbana e propor, baseado na ideia positivista de ordem, a cidade saneada. Topalov (1996, p.27) estuda esse momento de modernização do capitalismo e de suas cidades e de como o discurso sobre o progresso é hegemônico. Ele aponta:

A epopeia progressista foi escrita antes de mais nada pelos próprios reformadores e atribui a estes a iniciativa: nessa epopeia, os reformadores, ilustrados pela ciência, travam um combate justo contra a ignorância e os interesses criados, e tornam possíveis as mudanças necessárias para a modernização da sociedade.

Ainda assim a pergunta permanece, qual é a relação entre a saúde e a cidade? Essa noção, mesmo que de forma preliminar, é o nosso ponto de partida para pensar como podemos narrar uma história urbana onde a saúde pública seja um norte para uma crítica da modernização capitalista.

Um dos principais intérpretes dessa história é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) que, ao longo dos últimos 50 anos pensou criticamente os caminhos e as contradições do desenvolvimento urbano brasileiro e ajudou a construir o campo de pesquisa, ensino e extensão em Planejamento Urbano e Regional no país.

O objetivo do nosso texto é recuperar a partir do acervo dos Cadernos IPPUR, revista científica do Instituto que circulou entre 1986 e 2009, as principais discussões relacionadas à saúde coletiva e espaço urbano. Tema fundamental em nosso tempo no qual a pandemia de coronavírus nos chama a uma reflexão urgente sobre nossa dinâmica urbana contemporânea e os determinantes sociais em saúde que dão forma à nossa conjuntura sanitária.

Tendo como hipótese que os Cadernos não só têm um papel fundamental na produção do campo de planejamento urbano e regional no Brasil, como também adiantam temas fundamentais para pensarmos as condições de vida nas cidades hoje. Os Cadernos IPPUR são uma fonte de pesquisa importante para mapearmos como a reflexão sobre as condições de vida no espaço urbano foi construída ao longo dos últimos 50 anos.

O primeiro passo é buscar uma definição de fenômeno urbano que ofereça as bases para a nossa reflexão. Milton Santos em seu texto *a forma e o tempo: a história da cidade e do urbanismo* (2008 [1992]), nos alimenta com algumas inquietações metodológicas sobre o tema. Começando com um levantamento das dificuldades de interrogar o passado e como essa paisagem urbana pretérita tem morada no presente, assim o autor observa:

nenhum estudo de geografia urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade, às vezes até de forma abusiva. Sem essa preocupação de contar o que foi o seu passado, era impossível abordar esta ou aquela cidade. Hoje, porém, fazemos frequentemente uma geografia urbana que já não tem base no urbanismo. É uma pena, porque praticamente já não ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos as cidades do presente. Isso fez com que a disciplina “história da cidade” ficasse órfã. Torna-se, pois, salutar essa retomada, sobretudo porque se faz segundo um enfoque multidisciplinar. (SANTOS, 2008, p.99)

Podemos traçar duas considerações importantes: a primeira, é de contexto de revalorização da história das cidades e do urbanismo que, nos últimos trinta anos têm encontrado na realidade brasileira reflexões profícuas e engajadas, concebendo um campo específico dentro dos estudos urbanos. A segunda, que essa reflexão só pode ser feita sob o paradigma da multidisciplinaridade.

Nesse sentido, Milton Santos propõe uma definição e ao mesmo tempo uma diferença entre a cidade e o urbano. Assim, o “urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há o que confundir. Por isso, há histórias do urbano e histórias da cidade” (2008, p. 99). Portanto, o urbano é o processo geral, é o desenvolvimento da lógica capitalista no espaço e a cidade é a sua materialização; apontando uma diferenciação e assumindo que devemos contar duas histórias.

O geógrafo, propõe, uma agenda de pesquisa:

Entre as possíveis histórias do urbano estaria a história das atividades que se realizam na cidade - do emprego, das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, a cooperação - e uma história que não é bastante feita: a história da socialização na cidade e a história de socialização pela cidade. E, entre as histórias da cidade, haveria a história dos transportes, a história da propriedade, de especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade. O conjunto das duas histórias nos daria a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias

urbanas, a história das mentalidades urbanas, a história das teorias (SANTOS, 2008, p. 67)

A partir de uma primeira definição entre a cidade e urbano, outra pergunta é necessária para pensar a relação entre a saúde e o urbano: qual é o nosso conceito de tempo? Ou melhor, quais são os tempos em jogo na complexa relação entre saúde pública e a cidade?

Bernard Lepetit em seu ensaio *é possível uma hermenêutica urbana?* (2016 [1993]), nos apresenta algumas questões que inauguram uma visão crítica sobre como contar as histórias do fenômeno urbano. Essa crítica parte da definição de tempo, basilar no pensamento historiográfico, o autor aponta: “Em contraste com o tempo monótono da mecânica clássica e do urbanismo funcionalista, o tempo das teorias da auto-organização caracteriza-se tanto rumo inesperado de algumas de suas evoluções quanto pela complexidade” (2016, p. 173). Esse tempo complexo propõe uma variação e pluralidade de tempos que compõem o espaço urbano, tempos “descompassados cujas modalidades de combinação geram mudança a cada instante” (2016, p.174). É por uma definição desse tempo complexo que o historiador francês nos chama à reflexão e nos encoraja a trocar “as bifurcações pelos descompassos, o rumo das trajetórias pela pluralidade das temporalidades” (ibidem).

Essas temporalidades se materializam no espaço urbano, “na escala das grandes intervenções do urbanismo, mas também na das mil pequenas mutações repetidas que modificam o tecido urbano, os tempos da cidade são fortemente demarcados” (ibidem, p. 175). São essas demarcações que constroem as cidades no cotidiano e aqui não podemos perder de vista que essas temporalidades podem ser conflitantes, podem se materializar a partir de ritmos contraditórios e conflituosos. O espaço urbano se produz a partir do conflito de diferentes ritmos em diferentes escalas.

Sobre esse movimento do espaço urbano, Lepetit afirma:

As variações culturais, os processos de imitação social, a raridade dos momentos de ruptura que fazem dos usos da cidade, sempre um misto de reprodução de comportamentos e de inovação, complicam desmesuradamente a tarefa. Além do mais, o estudo interno dos usos da cidade comporta um risco semelhante ao que corre a análise interna das formas. Dissociar os estudos sobre a urbanidade e as pesquisas sobre a morfologia urbana acarreta a perda da questão urbana em sua

especificidade. A cidade não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo tempo, os fragmentos do espaço e os hábitos vindo de diversos momentos do passado. Ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais sincopados da evolução de certas formas produzidas. A complexidade é imensa. A cidade é feita de cruzamentos (2016, p. 177).

As questões que Lepetit apresenta sobre a complexidade dos tempos na cidade, nos remete ao provocativo ensaio de Walter Benjamin *sobre o conceito de história* (2012 [1940]) um texto que propõe uma concepção renovada de história que, nas palavras do autor, tenta "estabelecer uma cisão inevitável entre nossa forma de ver as sobrevivências do positivismo" (LÖWY, p.33, 2005).

A partir de suas teses podemos vislumbrar uma concepção de tempo, que nos mostra o conflito entre as diferentes temporalidades na modernização capitalista. Suas teses são um chamado a uma visão crítica sobre o progresso capitalista, levando em consideração que "Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie" e nos lega uma tarefa de compreensão desse processo de modernização e assim "escovar a história a contrapelo" (BENJAMIN, 2012, p.13). Ou seja, uma tarefa de identificar o papel do conflito como componente fundamental da história e de *rememorar* seus ritmos e seus lugares no espaço urbano.

Reconhecendo que este processo de modernização é profundamente desigual e lega marcas à nossa cidade hoje, o nosso desafio é afirmar do ponto de vista da saúde pública e do espaço urbano que "articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo 'tal como ele foi'. Significa apoderarmo-nos de uma recordação quando ela surge como um clarão em um momento de perigo" (BENJAMIN, 2012, p.11).

Portanto, que novas questões podemos pensar sobre a história urbana tendo a saúde pública como fonte de reflexão? Afinal, quais são as temporalidades do adoecer e do curar que estão materializadas na cidade? Observamos que o espaço urbano carrega esse tempo complexo, assim quais são as temporalidades que envolvem a cidade quando o assunto é saúde? Sem dúvida o tempo do Estado é uma força na produção da cidade, mas não só. Estamos falando aqui de sujeitos que mobilizam os mais diversos saberes e práticas (tradicionais) ao ato de curar e a explicação do adoecer. Esses tempos entram em conflito com ritmo de acumulação da cidade capitalista moderna.

No Brasil o campo da história da saúde tem se desenvolvido desde o período de redemocratização, com novos sujeitos de pesquisa, novos arquivos e principalmente novas perguntas. Hochman, Teixeira e Pimenta (2018) projetam um balanço deste campo da história no Brasil, mostrando a sua complexidade, multidisciplinaridade e demonstram também o seu processo de institucionalização e vivacidade contemporânea.

Segundo os autores a

percepção de que a história é um lugar de disputa e que o passado narrado é constatável gera incompreensões de outros campos profissionais sedutoras ao encanto de Clio. No Brasil o acolhimento da narrativa histórica no campo da saúde tem sido mais positivo uma vez que esta tem ocupado um lugar importante no debate da reforma sanitária (2018, p. 10).

Esse contexto de renovação crítica do campo da história da saúde é fundamental para levantarmos a atualidade deste campo e interrogar como o urbanismo e o planejamento urbano tem refletido sobre a relação entre história, espaço urbano e saúde/doença. Por fim, Hochman, Teixeira e Pimenta (2018, p.16) sintetizam um conjunto de trabalhos que são de extrema importância para a nossa perspectiva analítica e que de alguma forma inauguram os estudos de história da saúde que tem por objeto as práticas sanitárias urbanas¹.

Segundo os autores:

pelos caminhos da história social e cultural, da história urbana e das ciências sociais, um conjunto de trabalhos teve forte influência sobre uma nova geração de pesquisas que vêm a público no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Em primeiro lugar os que trataram da reforma urbana no Rio de Janeiro da Belle Époque e no alvorecer da República. Esses trabalhos se voltaram para as formas de vida e sociabilidade de diversos grupos sociais, com ênfase nos trabalhadores e despossuídos e sua relação com os processos de mudanças acarretados pelas intensas transformações ocorridas desde as últimas décadas do Império e pós emancipação. Dessa forma, sob diferentes perspectivas, analisaram condições de vida e de saúde na capital federal, as epidemias, as políticas e ações de saúde, as práticas de cura, as resistências e as revoltas populares e a repressão estatal [...]. Pela sua dramaticidade, a

¹ Os trabalhos desenvolvidos no IPPUR (teses, dissertações, artigos e projetos de pesquisa) têm um papel fundamental nessa história. Inclusive alguns textos publicados nos Cadernos IPPUR como Fridman (1994), Cardoso (2000), Couto (2000), Pechman (2002) e Cruz (2007).

revolta contra a vacinação antivariólica obrigatória em novembro de 1904 é o episódio da história da então capital federal, das revoltas urbanas e da saúde que se tornou o denominador comum desta literatura. Sob diferentes lentes e aportes teóricos e disciplinares, estes trabalhos dedicaram-se a refletir sobre direitos, cidadania, demandas políticas e sociais, organização popular, relações raciais e sobre os sentidos da jovem República. Essa produção bibliográfica está diretamente vinculada aos debates sobre os passivos sociais e políticos de uma República agora centenária que, nos anos 80, experimentava um processo de redemocratização depois de vinte e um anos de ditadura militar e de debates e expectativas sobre os rumos do país.

Sem dúvida a nossa reflexão aqui é tributária desse contexto e dos trabalhos que são frutos desse tempo. Essas questões levantadas ainda são fundamentais para pensar como as artes de curar continuam produzindo e sendo produzidas no espaço urbano na disputa discursiva entre ordem e desordem.

Ao passo que reconhecemos a importância da reflexão oriunda desse contexto para os trabalhos que estão na interseção entre urbanismo e saúde pública, novas perguntas ainda estão por vir. Como nos ensina Roberto Schwarz (2014, p.199) “as perguntas que dirigimos ao passado têm fundamento no presente”, o nosso presente é de ataque a direitos conquistados e a Constituição de 1988, nosso presente é de retração de políticas sociais que interferem diretamente na determinação da saúde em várias cidades brasileiras, nosso presente é de ataque ao Sistema Único de Saúde (SUS) como sistema universal de saúde e o nosso presente de um evento global de saúde pública sem precedentes da nossa história que urge por uma reflexão sobre suas raízes urbanas (BARCELLOS, 2008). O acervo dos Cadernos IPPUR nos ajuda a contar essa história de temporalidade complexa ao longo dos últimos anos, lançando um olhar sobre as condições de vida no espaço urbano brasileiro.

2. O urbanismo e a saúde pública: um estado da arte a partir dos Cadernos IPPUR.

Se o período seminal que identificamos acima é de profunda importância para os estudos urbanos, ele pode ser a nossa orientação para continuar refletindo sobre como a saúde pública é um fragmento fundamental da história do espaço urbano.

O IPPUR² e sua revista, que de 1986 até 2009 publicou 23 volumes e 36 números, demonstram um recorte dos caminhos que o campo do Planejamento Urbano tomou ao longo dos últimos anos. Os Cadernos ajudaram a consolidar o campo do Planejamento Urbano e Regional no país reunindo autores de diversas disciplinas, oriundos de diferentes estados e países, demonstrando a diversidade regional e internacional dos seus artigos³.

A nossa pesquisa não possui caráter cronológico com o intuito de contar uma história linear da revista. Entretanto, é interessante interrogarmos através dos Cadernos os temas centrais para pensar qual é o papel da saúde pública nas reflexões sobre o espaço urbano nos últimos anos? E quais são as permanências e dissonâncias dos textos publicados?

A apresentação do primeiro volume da publicação já nos apresenta o seu sentido. A revista tem o papel de ser um

instrumento dinamizador do debate em torno das questões cruciais com que se confrontam hoje os profissionais dessa área (PUR). Debate esse que, nesses novos tempos, tem ganho amplitude e profundidade com a necessidade de se formularem novas estratégias de desenvolvimento espacial, que acabam por questionar o papel dos seus promotores, redefinindo agentes, políticas e intenções (TAVARES, LEVINAS, PIQUET, 1986, p.4)

A publicação irá representar a consolidação de um campo em um contexto de redemocratização com novos atores sociais entrando em cena, pós ditadura militar. E lançará bases para um pensamento crítico sobre a cidade, seus agentes e produtores. O texto de Ana Clara Torres Ribeiro, intitulado *fato metropolitano - enigma e poder* é uma revisão bibliográfica sobre o problema da “grande cidade” nas correntes filosóficas propondo uma agenda de pesquisa sobre a metrópole contemporânea e seu desenvolvimento. Sua reflexão aprofunda o papel do Estado na construção do espaço metropolitano. Poderíamos aqui propor um diálogo sobre como o Estado exerce poder através da construção de uma rede de saúde pública, tal como descrito nos trabalhos da primeira geração apontados acima, entretanto esse diálogo é tangente.

² As décadas de 1970 e 1980 foram fundamentais para a consolidação das ciências sociais aplicadas no Brasil, em consonância ao IPPUR – antes PUR – outros centros de pesquisa e formuladores de políticas públicas e ideias sobre o espaço urbano são fundamentais neste contexto.

³ Ao longo dos seus volumes os Cadernos IPPUR tiveram como editores os professores do IPPUR e uma comissão editorial e científica atuante que foi se ampliando ao longo dos anos personificando a diversidade temática e o papel multidisciplinar do campo de planejamento urbano e regional no Brasil.

Neste volume da revista a palavra *saúde*⁴ aparece como uma nota no artigo de Carlos Vainer sobre Michel Foucault e no de Martim Smolka como sinônimo de serviço público e expressão do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Entretanto, como uma reflexão tangente. É fundamental demarcar que esse sentido da saúde pública vai aparecer em quase todos os volumes da revista, ou seja, um serviço básico fundamental, o que já indica como o tema é central para o debate público brasileiro.

Neste mesmo volume, o trabalho de Ana Behrens intitulado *Qualidade dos serviços públicos prestados aos favelados: opinião dos moradores do Pereirão, Morro do Urubu e Vila Catiri* (1987) levanta o papel da coleta de lixo e da água encanada na vida cotidiana de três favelas da cidade carioca. Não foi intenção da autora refletir sobre o acesso infraestruturas e as condições de saúde e doença dessas populações.

No terceiro volume, publicado em 1989, *História urbana e movimentos sociais* de Franklin Dias Coelho está em consonância com o conjunto de trabalhos que tem na passagem para o século XX na cidade do Rio de Janeiro o seu objeto de estudo. Neste caso, o autor busca compreender o papel histórico das lutas urbanas travadas na Revolta da Vacina para articular uma memória das lutas urbanas do Rio de Janeiro em um contexto de redemocratização. Pensando sobre o papel da cidade na produção e disciplina a partir de Foucault, o autor propõe A política de saúde torna-se técnica de disciplinamento dos corpos e das moradias apoiada no discurso da higiene pública marcante no momento histórico estudado pelo autor.

O tema da higiene pública é retomado, no mesmo volume. A palavra *saúde* aparece nos textos sobre urbanismo: no artigo de Cardoso e Vaz (1989) sobre Copacabana e a infraestrutura de transportes no desenvolvimento do bairro, as autoras caracterizam aquela região no final do século XIX como um saudável arrabalde. Tal denominação é típica do contexto no qual a higiene tornou-se denominador comum da questão urbana nascente.

No número 5 dos Cadernos, refletindo sobre a história da propriedade da terra na cidade do Rio de Janeiro, Fridman e Ramos (1991, p.69) apresentam que,

⁴ A palavra “saúde” funcionou como um descritor para a pesquisa em todos os volumes da revista. Visto a abrangência do termo nos dando possibilidade de visualizar as mais diferentes formas que essa palavra aparece e os mais complexos sentidos que a palavra saúde pode ter.

Em 1º de setembro de 1876, a Câmara proíbe a construção de cortiços entre as praças Onze e Pedro II e as ruas Riachuelo e Livramento, no centro da cidade. A de 1855, as construções de cortiços deveriam ser aprovadas pela Junta de Higiene Pública, indicando uma preocupação com o "uso do solo", muito além da saúde.

Em outra passagem do texto: “referido ao problema de saúde pública, o decreto 16300, de 31 de dezembro de 1923, cria a Inspetoria de Higiene Industrial e Profissional, com a função de licenciar oficinas e estabelecimentos industriais novos desde que estes não prejudicassem a saúde da população vizinha” (1991, p.71). Estas afirmações podem demonstrar como algumas experiências de regulação do uso do solo no Rio de Janeiro perpassam pela temática higienista.

Em *um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio de Janeiro na formação da modernidade*, Robert Pechman (1992), a partir do paradigma da história cultural, coloca o discurso sobre a higiene pública no centro da ideia de ordem urbana, tendo como sentido a construção de uma sociedade moderna contra o atraso da sociedade colonial e escravocrata.

Nesta perspectiva leva

à definição de uma "política sanitária", tornando-se o Estado o responsável pelo saneamento das localidades e habitações, pela direção e propagação do serviço de vacinação e pela fiscalização da alimentação pública, do consumo e fabrico de bebidas nacionais. A "política sanitária" ensaiara, como nunca se vira antes, um verdadeiro controle sobre o espaço urbano e sobre a moradia do pobre, criando novo discurso sobre a cidade onde surgirão os contrastes entre: tradição e progresso; feio, sujo, doença e belo, limpo, saúde; morte e vida; desordem e ordem. Segundo versão dominante, urgia criar as condições para acolher americanos, ingleses e italianos, trazendo capitais, estímulo e o que é melhor ainda, a visão civilizadora de pátrias adiantadas e progressistas (PECHMAN, 1992, P.78).

No volume especial do mesmo ano de 1989, o texto de Rosélia Piquet sobre a edificação do núcleo urbano em Carajás pela Companhia Vale do Rio Doce apresenta os impactos e as transformações na infraestrutura que ocorreram no assentamento urbano projetado pela companhia no sul do Pará. E como a partir do grande projeto de mineração a empresa assumiu o papel de fornecimento dos serviços de saúde.

Em 1990 os Cadernos IPPUR lançam o seu quarto volume e nele o texto da professora Tamara Egler, *A gestão estatal da autoconstrução* (1990) aborda:

Desenvolvimento comunitário com participação da população é a palavra de ordem desses projetos. A nova forma dessa política pública não é restrita à política habitacional. Mas está expressa em vários documentos de órgãos governamentais; como as formulações de políticas de desenvolvimento regional - Projeto Nordeste, Planos de saúde comunitária ou as formulações da Nova Política Urbana para o Nordeste (1990, p.95).

Observando o papel da institucionalização da autoconstrução, principalmente no Recife, neste parágrafo podemos perceber como naquele momento há um acúmulo dos debates sobre um sistema de saúde popular que iria ser materializado na Constituição da Nova República. Esse momento de reformulação da política social brasileira expressa na Carta de 1988 contém a gênese de uma política de saúde e de uma política urbana nacionais.

No número 6 em dezembro de 1992, Milton Santos em seu *Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil* apresenta suas reflexões e teoria sobre as transformações dos meios técnicos no Brasil, refletindo sobre a desigualdade, diferenciação e complexidade urbana que a sociedade brasileira adquiriu no século XX. É interessante notar que nessa reflexão a saúde aparece como um lugar do consumo das classes médias urbanas, fruto da “nova divisão do trabalho” que se configurava no país, então constituindo uma diferenciação urbana por acesso a serviços.

Para Milton Santos (1992, p.15)

Por outro lado, amplia-se o consumo no Brasil. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das batedeiras elétricas, televisões, e de tantos outros objetos, do consumo das viagens, das ideias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada que leva à ampliação do fenômeno da urbanização, sobretudo, porque ao lado do consumo consumptivo, que se esgota com ele próprio, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo.

De modo tangente, pois esse não é objeto da reflexão do autor, Milton Santos sinaliza que os serviços de saúde são marcas fundamentais da modernização urbana brasileira e que neste período de complexidade do espaço urbano a saúde passa também por uma transformação como uma mercadoria a ser consumida.

Em 1993 no volume 7 número 1, o tema da saúde pública surge de formas mais significativa, respeitando um acúmulo dos debates da redemocratização brasileira. No artigo de Luiz Ribeiro e Orlando Junior intitulado *das desigualdades à exclusão social, da segregação à fragmentação: os novos desafios da reforma urbana*, explicita-se no debate sobre os desafios da agenda da reforma urbana alguns temas da saúde pública nas duas agendas de reformas na sociedade brasileira de então: a reforma sanitária e a reforma urbana.

Segundo os autores,

Os movimentos da Reforma Urbana e da Reforma Sanitária são dois dos mais importantes projetos que conseguem influenciar decisivamente a reconstrução institucional do país. A vitória, nas eleições municipais de 1988 e 1992, de coalizões políticas populares em algumas das mais importantes cidades do país fortalece, na sociedade brasileira, a proposta da reforma urbana. Seus princípios tornam-se referência nos debates acadêmicos e políticos sobre a questão urbana no Brasil. No campo dos movimentos sociais é criado o Fórum Nacional da Reforma Urbana que agrupa várias entidades representativas de segmentos em luta, organizações não-governamentais e órgãos de pesquisa. (SANTOS; RIBEIRO, 1993, p.53)

Fazendo um balanço desse momento e pensando estratégias para superação do contexto de espoliação urbana, os autores identificam os novos paradigmas de planejamento urbano destacados na Constituição de 1988 como uma forma para pensar o acesso à propriedade urbana e aos serviços condições essenciais para o combate à desigualdade social estrutural na sociedade brasileira.

Marcando a dimensão da qualidade de vida como uma conquista desse processo nascente de gestão urbana pós 1988. Os autores apontam esse novo pacto urbano,

em torno dos direitos e garantias urbanas que assegurem, por um lado, a redução das desigualdades sociais através da democratização do acesso ao uso da cidade, permitindo assim a conquista da real cidadania, e, por outro, a defesa de padrões mínimos de qualidade de vida pelo estabelecimento de normas de habitabilidade, preservação do meio ambiente e de identidades coletivas (SANTOS; RIBEIRO, 1993, p.55).

Reconhecem nesse momento de mobilização popular a pequena melhora que a população urbana brasileira conquistou na década de 1980 em relação ao acesso de serviços urbanos, dentre eles a saúde pública. Segundo os autores:

a redemocratização do país e o processo de mobilização política que ocorreu durante os anos 80, com a revalorização do jogo eleitoral e o fortalecimento das organizações populares, contribuíram, apesar da crise, para o funcionamento de uma precária política pública, o que teria impedido a deterioração do quadro de carências e desigualdades sociais. Podemos acrescentar que a mobilização e a luta em torno das conquistas dos direitos sociais na Constituinte de 1988 ajudaram decisivamente na manutenção das condições de vida, pois fortaleceram a capacidade reivindicativa dos movimentos sociais. A intervenção do Estado, de uma forma ou de outra peneirado pelos interesses populares, teve um importante papel na estabilidade do quadro de carências e desigualdades sociais. (SANTOS; RIBEIRO, 1993, p.56)

Um aspecto que destacamos é o reconhecimento dos autores de que não basta apenas o acesso aos serviços coletivos urbanos, como os serviços de saúde, mas como esses serviços se conectam com a cidade enquanto projeto coletivo. Esse texto capta um sentido, a nosso ver, ainda aberto nos debates sobre as agendas das reformas urbana e sanitária e da dupla capacidade e necessidade de aprendizado entre os dois setores formuladores de políticas públicas. Esse ainda é um desafio teórico, metodológico e prático.

Esse número dos Cadernos IPPUR é muito interessante para o nosso tema de pesquisa porque ele mapeia alguns temas que naquele momento se ampliaram e ajudam a pensar a cidade como uma organização coletiva produtora de saúde-doença. Nesta edição o texto de Eduardo Guimarães de Carvalho, *Pasárgada revisitada: o direito e os estudos urbanos* (1993) caminha no mesmo sentido ao refletir sobre o papel dos estudos do Direito e sua relação com o espaço urbano. Reconhecendo a reivindicação de participação popular no processo de redemocratização, aponta que

pode-se observar a emergência de reivindicações das associações de moradores das grandes cidades brasileiras, em termos de direitos: acesso ao solo, educação, saúde, saneamento, transporte. Neste sentido ainda, as lulas propunham uma gestão democrática da cidade, articulando questões até então isoladas tais como cidadania e espaço urbano (CARVALHO, 1993, p.101).

No mesmo ano, no número dois da revista, Aduino Cardoso e Luciana Lago no artigo *Pobreza Urbana e Condições Habitacionais na Periferia Urbana do Rio de Janeiro (1993)*, refletem sobre o saneamento e as condições de habitação no município de São João de Meriti na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os resultados da pesquisa feita em 1991 no município fluminense fornecem subsídios para demonstrar que a pobreza urbana é um fenômeno que impacta diretamente na determinação social da saúde daquela população. Colocando em questão os dados de melhoria das condições de vida da população brasileira na década de 1980, demonstram que mesmo com uma melhora no quadro geral da população brasileira no que concerne à educação, saúde, moradia e saneamento.

Os dados da pesquisa demonstram a crescente politização do tema da saúde pública através do questionário aplicado revelando que

o quadro geral até aqui apresentado é claramente identificado pela população, que aponta majoritariamente (40%) o saneamento como o principal problema local, seguido de perto pela questão da saúde (32%). Estes resultados invertem-se, todavia, quando computado o score obtido pelos vários temas. A questão da saúde irá aparecer então como o principal problema do município, com índice de 688, seguido do saneamento (743) e educação (886).

Os autores explicam esses números:

A importância da saúde para os moradores de São João de Meriti tem duas origens. Em primeiro lugar, este município, assim como toda a Baixada, tem graves problemas de cobertura de serviços médicos e afins, além da precariedade do atendimento existente, que parece levar os moradores a buscar atendimento médico no município do Rio de Janeiro. Por outro lado, o grave quadro sanitário apresentado repercute diretamente nas condições de saúde, principalmente nos índices de mortalidade infantil (52/1000 entre os nascidos vivos, em 1982). Entre estes, cabe ressaltar que a morte por diarreia, em S. João de Meriti, apresentava o índice mais elevado da Região Metropolitana (CARDOSO,LAGO, 1993, p. 74).

Este artigo corrobora com a visão de Santos e Ribeiro (1993) sobre a importância dos movimentos de Reforma Urbana para o aumento da qualidade e o acesso aos serviços urbanos essenciais quando pensamos a escala nacional. Entretanto, na escala metropolitana a

desigualdade marcante da metrópole é uma marca central no processo de determinação social da saúde.

No artigo, no mesmo ano na revista, *redutos de classe média, uma interpretação acerca da urbanização no Brasil* a geógrafa Fany Davidovich busca analisar o fenômeno da autoss segregação no processo de urbanização brasileira. Nas palavras da autora, a classe média tem “estratégias de preservação do bem-estar e da qualidade de vida” (DAVIDOVICH, 1993, p.36) que dão forma ao espaço urbano marcando lugares de distinção.

Esse artigo nos ajuda a compreender um fenômeno sobre os processos de determinação da saúde e da doença no espaço urbano, demonstrando um duplo aspecto dos discursos e das práticas de saúde. Se por um lado os serviços coletivos da cidade - a saúde inclusa - são bens fundamentais, eles também fazem parte do complexo jogo de segregação, produção e valorização (i)material do solo urbano.

Adauto Cardoso no texto *reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente* observa os novos atores sociais emergentes na política brasileira e marca as conquistas e os desafios dos movimentos sociais urbanos da época. Interessante notar que a reforma sanitária aparece como uma indicação para as vitórias do campo popular naquele momento, principalmente tendo como referência a Constituição de 1988.

O texto constitucional estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento de políticas sociais, em regra geral associando-as a direitos básicos dos cidadãos, como é o caso da saúde e da educação. As áreas em que houve maiores avanços e inovações foram a da saúde e a do meio ambiente, a primeira pela consagração dos princípios e instrumentos da reforma sanitária e a segunda através de um capítulo específico em que são institucionalizados princípios fundamentais relativos à conservação ambiental.

Na refundação democrática da sociedade brasileira é fundamental examinar que a concepção de “função social da cidade” se constituiu em importante caminho para pensar o direito à cidade como direito à saúde. E que o conteúdo dessa concepção deve ser cada vez mais alargado e reelaborado para a ampliação de direitos sociais. Entendendo que a “qualidade de vida urbana” se traduz pela concepção dos determinantes sociais que compõem o processo saúde-doença.

Nesse mesmo sentido o artigo de Rebecca Abers, *do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre* (1998) demonstra como ao

fim dos anos 70, o repúdio aos militares se alastrava e uma miríade de movimentos de protesto ganhava força e momento. Durante o regime militar, intensa migração campo cidade causou o inchamento das cidades e a proliferação de bairros pobres e favelas totalmente destituídos de infraestrutura básica. Para a vasta maioria dos bairros, as vagas promessas e a troca miúda de favores com os líderes comunitários nem de perto satisfaziam as carências de transporte, pavimentação, água tratada, esgotos, postos de saúde e outros serviços. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento político do regime militar o tornava mais atento às demandas da população. Essa brecha criou as condições para o surgimento de um novo tipo de associação de bairro nas cidades brasileiras, associações que recusavam o jogo clientelista. (ABERS, 1998, p. 52)

Esse quadro coloca os novos movimentos sociais em pauta disputando a política urbana sob um novo paradigma de organização municipal, no qual a experiência de Porto Alegre tornou-se um exemplo importante ao criar, na discussão do Orçamento Participativo, espaços de monitoramento e discussão das políticas públicas como a de saúde.

Sobre saúde e serviços coletivos urbanos, o artigo de Rainer Randolph e Débora Kligerman intitulado *preservação ambiental, lixo e organização comunitária da coleta seletiva no Complexo de Manguinhos* (1995), traz a perspectiva da questão ambiental como saúde coletiva. Politiza o acesso a serviços urbanos básicos, como a coleta de resíduos por parte de uma cooperação entre a FIOCRUZ e uma organização não governamental envolvendo oito comunidades do complexo de Manguinhos. O texto apresenta como o espaço urbano engendra conflitos ambientais colocando a saúde pública como um fenômeno multidimensional, relacionando saúde, política urbana e ambiente.

Também nesse sentido, analisando a infraestrutura de saneamento na metrópole carioca, Eduardo Marques em seu *infra-estrutura urbana e produção do espaço metropolitano do Rio de Janeiro* (1998) demonstra como o padrão de investimentos em infraestrutura de saneamento mantém a lógica do capital imobiliário na cidade mesmo com a politização do tema e a conquista de investimentos pelos novos movimentos sociais na década de 1980. Na periferia da

metrópole esse padrão de investimento não se altera, marcando a desigualdade no acesso e na qualidade dos serviços de saneamento.

A discussão sobre a questão ambiental e sua relação com a qualidade de vida também está na Revista com Rainer Randolph e Eliane Bessa no artigo *o meio ambiente como forma específica de organização territorial: elementos para uma discussão conceitual (1993)*. Ali os autores propõem uma reflexão sobre a história do conceito de meio ambiente nas ciências da vida e sua relação com os estudos urbanos. Ao cultivar a discussão conceitual, denominam o texto como um ensaio sobre o debate ambiental que estava sendo reformulado no período. O texto adianta uma reflexão que atualmente é fundamental para pensarmos a determinação social da saúde e da doença que são os impactos ambientais, suas causas e consequências para as condições de vida. Ao refletir sobre uma concepção dialética de natureza com sociedade, os autores sugerem uma nova chave para a análise sobre o processo urbano. E nos ajudam a pensar um referencial teórico novo onde possamos colocar o debate sobre a produção da natureza (SMITH, 1988) no centro das reflexões sobre a saúde pública.

Internalização de custos ambientais - da eficiência instrumental à legitimidade política (1995) de Henri Acselrad também questiona os sentidos dos discursos predominantes da política ambiental da época, interrogando como o mercado se relaciona com a questão ambiental. Esse artigo tem um papel importante porque ajuda a ampliar a discussão sobre o planejamento urbano e regional para outros sentidos, colocando o ambiente no foco.

Para nós esse artigo é de grande importância porque é o primeiro a utilizar o conceito de *saúde coletiva* em contraponto às lógicas do mercado. Este conceito foi central para a renovação crítica da saúde pública na década de 1970 quando o movimento de reforma sanitária refundou a saúde pública feita até então (PAIM, 2008).

Jairnilson Paim nos leva a uma pequena história desse campo/ conceito. Segundo o autor:

a estruturação da corrente da Epidemiologia Social latinoamericana alimentou a constituição do referido campo a partir das suas tarefas iniciais: demonstrar que a doença, tem caráter histórico e social; definir o objeto de estudo, que permita um aprofundamento na compreensão do processo saúde-doença como processo social; conceituar a causalidade, ou melhor, a determinação. Esta corrente de pensamento estimulou

novas investigações sobre doenças na sociedade recolocando questões para a planificação e para o desenvolvimento de práticas de saúde. Assim, a Saúde Coletiva pode ser vista como um movimento ideológico que gerou um campo científico, com intenso desenvolvimento nas três últimas décadas, e um âmbito de práticas contra-hegemônicas, com diferenças significativas em relação à saúde pública e ao modelo médico hegemônico. Elaborou um marco conceitual, enquanto corpo doutrinário estruturador desse campo, apresentando, recentemente, alguns pontos de encontro com os movimentos de renovação da saúde pública institucionalizada (PAIM, 2006, p. 144).

Cabe reconhecer que alguns textos da Revista apontam o sistema de saúde como um agente territorial fundamental no acesso e na luta pelo direito à saúde, e de como a infraestrutura de saúde pública é fundamental para a vida urbana. O texto de Alfredo Almeida e Marcia Sprandel (2002) *Palafitas do Jenipapo na Ilha de Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e o conflito* (2002) demonstra como dados produzidos pela equipe de um posto de saúde foram utilizados para a contestação de dados oficiais fornecidos pela prefeitura da cidade. Portanto, é fundamental reconhecer esses trabalhadores e trabalhadoras, com toda a sua multiplicidade, e pensar o seu papel na vida urbana e nas novas formas de (re)fazer a cidade, inclusive com novas formas de produzir planejamento urbano (VAINER, 2003).

3. IN – CONCLUSÕES: UM TEMA PARA OS PRÓXIMOS 50 ANOS

Nos primeiros anos da publicação foram suscitadas questões importantes que ainda estão sendo revisitadas e tomando novos contornos, porém sendo enunciadas há algumas décadas no que tange à relação entre saúde pública e o espaço urbano. A nosso ver consiste em uma virada de olhar para pensar a cidade como lugar de determinações sociais da saúde e da doença, pois o espaço urbano passa a ser analisado como um lugar de condições de vida e os direitos básicos de saúde, saneamento, educação e transportes. Ou seja, temas centrais da política urbana e da saúde coletiva entram em cena.

Nos Cadernos IPPUR também observamos grandes inovações metodológicas sobre os estudos urbanos. As técnicas de “pesquisa ação” na tentativa de quebrar a dicotomia entre universidade e sociedade estão ali representadas. As páginas da Revista enfrentam o desafio de pensar o papel público dos intelectuais.

Os Cadernos também tiveram o papel de lançar novos olhares a antigos problemas, trazendo novas lentes para observar a questão social e o espaço urbano, por exemplo o artigo

feminilização da pobreza: tendências não igualitárias na Previdência Social de Eliane Costa e Giovana Miranda (2008) lança um olhar sobre a desigualdade social a partir o prisma da desigualdade de gênero na sociedade brasileira. Ainda nesse sentido o artigo de Luiz Cesar Ribeiro e Felipe Corrêa (2008) reflete sobre a desigualdade urbana sob o prisma da raça no espaço metropolitano, buscando pensar a relação entre segregação urbana e desigualdade racial. Discussões fundamentais - e profundamente atuais - para aprendermos o fenômeno da determinação social da saúde e da doença através da desigualdade. E compreendendo que a desigualdade social é um fenômeno multidimensional permeado pelo gênero, pela raça e pela classe social (CZERESNIA; MACIEL; OVIEDO, 2013)

O IPPUR como instituição cinquentenária nos coloca o desafio para pensar o seu papel nos últimos anos, e os Cadernos são um acervo que nos ajudam a contar essa história intelectual e política. Entretanto, esse momento de celebração é também uma oportunidade de lançar questões para o futuro. Acreditamos que os debates em torno da relação entre o espaço urbano e a saúde coletiva serão centrais para a vida pública da sociedade brasileira nos próximos anos. Para superarmos a política neoliberal dos últimos 30 anos, reconhecer o papel na vida urbana do SUS é uma agenda de pesquisa que ainda precisa ser visitada por todos aqueles que ajudaram a construir a história do Planejamento Urbano e Regional no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R. N. Do Clientelismo à Cooperação: Políticas Participativas e Organização da Sociedade Civil em Porto Alegre. Cadernos IPPUR, v. 12, n.1, p. 47-78, 1998.

ABREU, M. Da habitação ao habitat: A questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.10, p. 161-177, 2004.

ABREU, M; MARTINS, Luciana L. Paradoxos da modernidade. O Rio de Janeiro do período joanino 1808-1821 in: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. (Org.). Mauricio Abreu. Escritos sobre espaço e história. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ABREU, M. Pensando a cidade no Brasil no passado. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 145-184.

ACSELRAD, H. Internalização de Custos Ambientais - da Eficiência Instrumental à Legitimidade Política. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 13, -27,1995.

ANGOTTI-SALGUEIRO, H. Por uma nova História Urbana: Bernard Lepetit. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

ALMEIDA, A; SPRANDEL, M. Palafitas do Jenipapo na Ilha de Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e o conflito. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 16, n.2, p. 9-55, 2002.

BARCELLOS, C. Problemas emergentes da Saúde Coletiva e a revalorização do espaço geográfico. In: Território, ambiente e saúde. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008, p. 43-55.

BESSA, E; RANDOLPH, R. O meio ambiente como forma específica de organização territorial: Elementos para uma discussão conceitual. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 73-84, 1993.

BENCHIMOL, J. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDI, 1992.

BENJAMIN, W. O anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRECIANI, M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, A. L. Reforma Urbana e Planos Diretores. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v.11, n.1 e 2, p. 79-112, 1997.

CARDOSO, A. L. Visões da Natureza no Processo de Constituição do Urbanismo Moderno. Cadernos PUR, v. 14, n°1, p. 119-150, 2000.

CARDOSO, A. L. LAGO, L. Pobreza Urbana e Condições Habitacionais na Periferia Urbana do Rio de Janeiro. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 7, n.2, 1993.

CARDOSO, E. VAZ, L. F. A Luta pelo Espaço Urbano - A Questão da Copacabana. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 91-104, 1989.

CARVALHO, E. Pasárgada revisitada: o direito e os estudos urbanos. Cadernos IPPUR, v. 7, n. 1, p. 99-103.

COSTA, E; MIRANDA, G. Feminilização da pobreza: tendências não igualitárias na previdência social. Cadernos IPPUR, v. 22, p. 133-144, 2008.

COUTO, B. Relações sociais de produção intelectual no urbanismo e no planejamento urbano: uma reconstrução histórica. Cadernos PUR, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 153-180, 2000.

CZERESNIA, D; MACIEL, E; OVIEDO, R. Os sentidos da saúde e da doença. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

EGLER, T. A gestão estatal da auto-construção. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 52-64, 1990

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 26ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

FRIDMAN, F; RAMOS, C. A. F. A história da propriedade da terra no Brasil. Cadernos PUR, Rio de Janeiro, v. 1, n.5, p. 63-74, 1991.

HOCHMAN, G; PIMENTA, T; TEIXEIRA, L. História da Saúde no Brasil: Uma breve história. In: Luiz Antonio Teixeira; Tânia Salgado Pimenta; Gilberto Hochman. (Org.). História da Saúde no Brasil. 1ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.

HARVEY, D. O Neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo, Centauro, 2006.

LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005

PAIM, J. S. Nova Saúde Pública ou Saúde Coletiva? In: *Desafios para a saúde coletiva no século XXI*. Salvador: EDUFBA, 2006, pp. 139-153.

PAIM, J. S. *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. 1. ed. Salvador/Rio de Janeiro: EDUFBA / FIOCRUZ, 2008.

PECHMAN, R. M. A invenção do urbano: a construção da ordem na cidade. In: *Brasil território da desigualdade*. 1ed.rio de janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 123-131.

PECHMAN, R. M. Medrosas cidades: representações da política na literatura. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 2, n.jan. /jul, p. 287-309, 2002.

PECHMAN, R. M. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio de Janeiro na formação da modernidade. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 6, n°1, p. 77-88, 1992.

PIQUET, R. P. S. Produção do Espaço Urbano em Carajás: sua curta e atribulada história. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, p. 25-46, 1989.

RANDOLPH, R.; KLIGERMAN, D. C. Preservação Ambiental, Lixo e Organização Comunitária da Coleta Seletiva no Complexo de Manguinhos (RJ). *Cadernos IPPUR*, RIO DE JANEIRO, v. 9, n.1, p. 45-54, 1995.

RIBEIRO, L. C. Q; CORRÊA, F. S. As cores das fronteiras urbanas. Segregação residencial e desigualdades raciais na região metropolitana do Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR*, v. 22, p. 9-36, 2010.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos; RIBEIRO, L. C. Q. Das Desigualdades à exclusão Social, da Segregação à Fragmentação: os novos desafios da reforma urbana. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, 1993.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço e Tempo*. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. A. Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil. *Cadernos IPPUR*, v. 7, n.1, p. 9-22, 1992

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHWARZ, R. *Sequências Brasileiras*. 2ª ed São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

VAINER, C. B. O Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho. Uma experiência inovadora de extensão universitária e de planejamento. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 135-154, 2003.